



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.
Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

DESIGUALDADES SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Simone de Jesus Guimarães¹
Maria D'alva Macedo Ferreira²
Maria do Rosário de Fátima d Silva³
Ana Rojas Acosta⁴

Resumo: Este texto discutirá o Brasil contemporâneo a partir de três ideias-chave: desigualdades sociais – realidade e fundamentos; políticas públicas – configurações gerais, gestão e avaliação, com ênfase nas políticas de transferência de renda e de juventude; Serviço Social – inserção profissional na sociedade. Refletirá este texto sobre a realidade e os desafios às políticas públicas e ao Serviço Social.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Políticas Públicas. Serviço Social.

Abstract: This work will discuss contemporary Brazil through three key ideas: social inequalities - realities and fundamentals; public policies - general configuration, management and assessment, emphasizing income transfer and youth population policies; Social Work - professional integration in society. This paper will talk about reality and the challenges to public policies and to social work.

Keywords: Social inequalities. Public policies. Social Work.

1. Introdução

O presente texto trata de uma reflexão teórica sobre a conjuntura brasileira, na sua relação entre desigualdade, políticas públicas e o Serviço Social, com destaque para as políticas de transferência de renda e aquelas voltadas para a juventude em seus processos de gestão e avaliação. Parte-se do princípio de que essas políticas são respostas do Estado à questão social, que representa o conjunto das desigualdades produzidas pelo capitalismo. Mostra-se que as políticas de transferência de renda e de juventude se tornaram centrais a partir dos governos de Lula; que tais políticas públicas não têm

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí. E-mail: <simone.guimaraes@uol.com.br>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí. E-mail: <simone.guimaraes@uol.com.br>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Piauí. E-mail: <simone.guimaraes@uol.com.br>.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <simone.guimaraes@uol.com.br>.

conseguido alterar substantivamente a realidade social e econômica da população; que o Serviço Social tem, na mediação das políticas públicas, um papel importante na defesa dos interesses da população pobre, mesmo em conjunturas neoliberais, de reestruturação produtiva e de avanços das forças de direita na condução do país. Esses são os principais recortes do texto, buscando enfatizar cada uma dessas ideias em seus aspectos gerais e de relação.

2. Desigualdades, políticas públicas e serviço social

O Brasil é profundamente desigual. A forma como foi colonizado e vem se desenvolvendo, mostra que as desigualdades existentes, até hoje, fazem deste país um dos mais injustos do mundo capitalista, considerando a realidade de vida da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2005). Enquanto isso, uma pequena parcela da população tem usufruído da riqueza socialmente produzida às custas da exploração da população trabalhadora.

Neste país, as disparidades econômicas associam-se às disparidades políticas, culturais, raciais, étnicas, geracionais, regionais etc. As precárias condições de vida dos índios, dos negros, das mulheres, dos trabalhadores, dos LGBTIs, no geral, perpassam por questões econômicas de classe, que são potencializadas por questões culturais e regionais, já que, por aqui, o capitalismo se desenvolveu em associação aos elementos mais tradicionais, autoritários e conservadores da sociedade e das elites governantes nas diferentes conjunturas. Assim, desemprego, miséria, pobreza, analfabetismo, péssimas condições de moradia, genocídio de índios, racismo, xenofobia, homofobia são retratos cruéis do país, que afetam a maioria da população. Ao conjunto das desigualdades, denomina-se questão social, a qual é constitutiva da sociedade capitalista, pois como diz lamamoto (1998, p. 27):

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

O capitalismo brasileiro sempre foi associado e dependente aos principais rumos tomados pelas potências capitalistas. Em tempos de globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo – implantados mundialmente como

respostas às crises do capital dos anos de 1970 – não foi diferente. Nesses anos, o Brasil vivia numa ditadura, então, os efeitos dessa crise não foram considerados pelos generais. Em finais de 1970, a ditadura entra em crise e não consegue abafar os movimentos da sociedade por democracia e por mudanças para o país.

É no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que as alternativas capitalistas, acima, passam a repercutir no Brasil. A globalização traz uma nova fase ao capitalismo, pois tudo passa a se conectar sem fronteiras e amarras: gente, coisas, ideias, civilizações, culturas, economia (IANNI, 1996). A reestruturação produtiva – promove uma nova forma de organização e produção do trabalho, trazendo a acumulação flexível, a precarização, a flexibilização do mundo do trabalho e dos direitos. O neoliberalismo fará a sustentação ideológica e política dessa nova fase, em especial, no que respeita: ao papel do Estado, que será mínimo para o social e máximo para o capital (NETO; BRAZ, 2006).

Nesse mesmo período, convive-se com a Constituição de 1988, que garante direitos sociais para os trabalhadores e pobres, mas que, por conta das práticas governamentais e empresariais – provenientes da implantação das ideias da reestruturação produtiva e do neoliberalismo – tais direitos passam a ser combatidos, negados ou postergados. Toda essa realidade se junta à questão da revolução tecnológica destes tempos, que traz consequências no que concerne à substituição, cada vez mais, do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Esse é o quadro para se pensar a realidade brasileira contemporânea, sobretudo, a partir dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Esses governos eram identificados com os setores mais progressistas da sociedade, particularmente, o governo de Lula, o maior expoente do Partido dos Trabalhadores. Acreditava-se que mudanças amplas na economia, na política e na vida da maioria da população ocorreria. Tal fato não se concretizou. As forças políticas com as quais esses governos se aliaram, mantiveram as condições estruturantes da concentração da riqueza nas mãos de poucos. É verdade que muitas políticas públicas, destinadas aos mais pobres, contribuíram para diminuir os níveis de pobreza extrema reinantes e melhoraram as condições gerais de vida dos trabalhadores. Mas os banqueiros, por exemplo, não deixaram de ampliar seus lucros e riquezas. Sem contar que o receituário

neoliberal, aqui chamado de neodesenvolvimentismo, deixou marcas nesse período.

Não se pode esquecer que os governos de Lula e Dilma se viram envolvidos em escândalos, que levaram ao surgimento do Mensalão⁵ e da Lava-Jato⁶. Este último levou à prisão do Lula, que até hoje se proclama inocente⁷. Para as forças progressistas e de esquerda, Lula é um preso político, porque não há provas contra ele. Sobre Dilma, esta sofreu *impeachment* em 2016, acusada de praticar atos contra a administração pública⁸; na realidade, foi um golpe desencadeado pelo parlamento com o apoio da mídia, do judiciário, dos setores conservadores e de parte da população revoltada com os escândalos reinantes.

Ascende ao poder Michel Temer (2016-2018), vice de Dilma, que ajudou na realização do Golpe. Esse governo desmonta, em pouco tempo, os programas sociais desenvolvidos nos governos de Lula e Dilma. Patrocina a destruição de direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores, aprovando a Reforma Trabalhista e a terceirização geral e irrestrita. Congela os recursos públicos por 20 anos, sobretudo os atinentes à educação e à saúde. Tudo isso com o aval do Congresso e das forças que apoiavam até então Lula e Dilma. Fica claro que Lula e Dilma não mais atendiam aos interesses dos antigos aliados e que as forças conservadoras queriam trazer o governo para os seus novos objetivos estratégicos.

O governo iniciado em janeiro de 2019, de Jair Bolsonaro, representante da direita, faz parte da conjuntura dos acontecimentos dos últimos tempos, tais como: as crises econômica e política do país; a insatisfação popular e dos setores conservadores e de direita: a rejeição às instituições como o Congresso, o judiciário e os partidos; a grande mídia atuando em conluio com os “donos do

⁵ Mensalão – escândalo de corrupção envolvendo, entre 2004 e 2005, a compra de votos de parlamentares no Congresso.

⁶LavaJato – escândalo de corrupção envolvendo a Petrobrás, iniciado em 2014, referindo-se à pagamento de propinas, entre outros ilícitos, a políticos, empresários, ministros, governadores etc.

⁷Em junho deste ano, de 2019, o The Intercept Brasil, através do jornalista Gleen Greenwald, revela, através de várias reportagens, a ligação do Juiz Sergio Moro com o coordenador da Força Tarefa da LavaJato, Deltan Dallagnol, combinando ações que levaram à prisão de Lula, que, se consideradas verdadeiras pelos organismos de justiça, nas instâncias superiores do judiciário, podem cair por terra não só os argumentos que levaram à prisão de Lula, mas, também, haverá a anulação dessa prisão.

⁸ Dilma foi acusada de desrespeitar a Lei Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal.

poder”; a rede de *fakenews* estimulando ódio no país, com o beneplácito do então candidato, hoje presidente, falseando o cotidiano e pregando falsos moralismos numa sociedade complexa, heterogênea e plural como a brasileira. Nesse contexto, pode-se dizer que os objetivos do golpe de 2016, foram: em primeiro lugar, o *impeachment* de Dilma; em segundo, a prisão política de Lula; e, por último, a eleição de Bolsonaro.

Tal governo tem adotado uma série de atitudes que vão na contramão dos interesses e das lutas dos trabalhadores, das mulheres, dos índios, dos negros, dos LGBTIs. Se no período Temer os direitos desses segmentos e classes já foram bastante usurpados, neste a realidade está mais cruel. Destaca-se a Reforma da Previdência, atualmente no Congresso, que, se aprovada, acabará de vez com o regime de solidariedade da Seguridade, definido na Constituição de 1988. O que está proposto é a privatização da previdência, através da instituição de um regime de capitalização, que deixará à “própria sorte” os trabalhadores e pobres, já que transfere para a esfera de suas responsabilidades individuais, a garantia de uma aposentadoria futura. Somente a luta social pode barrar tudo isso. Além disso, as condições de vida da maioria da população estão cada vez mais precárias. Dados recentes do IBGE (CORREIO, 2019) mostram que o número de desempregados no Brasil tem crescido e ultrapassa a 13 milhões de pessoas, e o número de pessoas que desistiu de procurar emprego soma 4,8 milhões. Essa é a tragédia social vigente.

Diante das desigualdades e considerando as diferentes realidades conjunturais que têm marcado a história do país, é necessário compreendermos o papel das políticas públicas como respostas do Estado à questão social. Como dito, atrás, as políticas públicas, nas últimas décadas, de um lado, reafirmam os compromissos da Constituição atual, de outro lado, elas sofrem os reveses das políticas governamentais de viés neoliberal. Mas, importa frisar, que elas têm sido fundamentais na vida da população pobre e que vive-do-trabalho. E entre essas, destacam-se as políticas de transferência de renda e as voltadas para a juventude.

No que respeita às políticas de transferência de renda, desenvolvidas por diferentes países, elas têm se constituído em estratégias centrais no enfrentamento à pobreza extrema. No Brasil, a partir dos governos Lula não foi diferente. Aqui, o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou as experiências

de renda mínima, desencadeadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, foi o principal instrumento de transferência de renda direta às populações em situação de vulnerabilidade social, favorecendo a inclusão produtiva e o acesso aos serviços sociais básicos das famílias beneficiárias, sobretudo nas áreas da alimentação, assistência social, educação e saúde.

A importância do PBF levou ao reconhecimento, pelo Banco Mundial (BANCO, 2017), de que, entre 2004 e 2014, mais de 28,6 milhões de brasileiros saíram da pobreza, equivalendo à quase metade da redução da miséria na América Latina e Caribe no mesmo período. Esses dados são corroborados com a análise da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que cita o referido programa como um dos mais importantes para que o Brasil saísse do mapa da fome e reduzisse o índice de mortalidade infantil por desnutrição em 2014 (POLITIZE, 2016).

Desde 2016, o Programa Bolsa Família vem sofrendo desmonte no tocante à cobertura e seus objetivos fundamentais. No governo Bolsonaro a tendência é a piora desse quadro.

Por fim, deve-se dizer que a instituição de programas focalizados nas famílias pobres sem políticas estruturantes de geração de emprego e renda, não muda o quadro das desigualdades sociais reinantes.

No que concerne às políticas de juventude, aponta-se que o reconhecimento, no Brasil, dos segmentos juvenis como sujeitos de direitos, significou uma exigência para que o Estado assumisse a responsabilidade de formular políticas que respondessem aos interesses mais específicos das juventudes, respeitando as diversidades e pluralidades que representam.

Mas, deve-se enfatizar: a criação de políticas voltadas para os jovens, representou, por um lado, a setorialização e a focalização, e, por outro, a visibilidade de que estes jovens podem participar diretamente na formulação e desenvolvimento de políticas públicas.

Em 2005 foi criada a Secretaria Nacional da Juventude, o que contribuiu para dar materialidade aos anseios desse segmento, tendo como ação inicial a articulação de uma política para a juventude. Junto com esta foi criado o Conselho Nacional de Juventude, regulamentado pela lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, havendo, posteriormente, seu desdobramento em instâncias nos níveis estadual e municipal. Com os Conselhos, pode-se dizer que se abre um

espaço para a população jovem participar com voz e decisão sobre suas realidades e influenciar nos rumos da formulação das políticas governamentais para esse segmento, já que os Conselhos são considerados espaços de participação e interlocução da juventude com o poder público.

A partir da criação da Secretaria Nacional da Juventude e do surgimento do Conselho Nacional de Juventude, foram implementados os seguintes programas: Programa Juventude e Meio Ambiente e o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) – ambos de 2005; Programa Escola Aberta (2006); Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) – 2007; Praças da Juventude, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PróJovem) e a ampliação do Programa Bolsa Família/Benefício Variável Jovem –2008; Projeto Soldado Cidadão (2013); Projeto Rondon/reestruturação (2015). Antes desses programas e, ainda no governo Lula, foram criados os seguintes programas: Reforço às Escolas Técnicas e ampliação das vagas em Universidades Federais/PDE, Programa Segundo Tempo (PST), Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos, Programa Brasil Alfabetizado – 2003; Programa Cultura Viva, PROUNI, Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – 2004.

O que se observa, acima, é que o conjunto desses programas para a juventude encontra-se no âmbito da política de educação, cujos conteúdos estão direcionados aos jovens pobres, visando proporcionar a sua inclusão e permanência na educação formal, ficando, portanto, descobertas outras áreas de interesse da juventude.

Em síntese, o reconhecimento das demandas da juventude e a formulação de políticas, por meio de programas sociais, significa, para a parcela desse segmento, a incorporação dessas demandas na agenda pública do Estado. Mas, o fato de serem programas focalizados, setoriais e de ação local, não se constituem em políticas públicas de orientação universalista e nem contemplam a diversidade dos beneficiários. Importa destacar, que do governo Temer até a conjuntura atual, têm ocorrido retrocessos quanto ao atendimento às necessidades da população jovem.

Enfim, ainda que a estruturação das políticas públicas, nas últimas décadas, tenha se dado numa perspectiva de gestão democrática, os recortes seletivos, pautados na renda e níveis de escolaridade, demonstra que a ação

estatal tem, no concreto, se limitado a atender demandas pontuais a populações consideradas “vulneráveis”, tendo em vista a “prevenção para a marginalidade”, sem efeitos estruturantes nas relações Estado e sociedade.

No contexto da formulação e implementação de programas e projetos sociais, importa considerar a avaliação como estratégia fundamental de mensuração do desempenho das políticas públicas. Sendo um processo sistemático da ação governamental, a avaliação de cumprir a finalidade de conhecer os fatores positivos e ou negativos da política que está sendo implementada, contribuindo para o seu redimensionamento e aperfeiçoamento. E, como campo de intervenção técnica, ela se constitui como instrumento de aperfeiçoamento da gestão do Estado à medida em que, ao poder redimensionar a gestão, ela abre caminhos para potencializar e mudar o desempenho das políticas, programas e projetos na perspectiva do atendimento às necessidades sociais da população, principalmente considerando os estratos sociais mais vulneráveis e historicamente excluídos do processo decisório.

A avaliação das políticas públicas incorpora conforme (SILVA e SILVA,2008), alguns requisitos que devem ser observados para poder dimensionar o alcance social da política, programa ou projeto a ser avaliado, quais sejam: ter objetivos,estabelecer finalidades, definir particularidades e áreas de preocupação. Quanto aos objetivos e finalidades, compete a avaliação de políticas públicas, segundo a autora, oferecer subsídios para o processo de tomada de decisão. Sobre as particularidades, a avaliação envolve a adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa ou projeto e as ações executadas. Como áreas de preocupação, a avaliação subsidia o processo de formatação da agenda pública, identificando os fatores que influenciam esse processo e após os resultados efetivamente alcançados pela política, poder auxiliar a gestão no redimensionamento ou potencialização das ações e dos investimentos. A observância deste elenco de requisitos sintetizados, a partir da contribuição da autora mencionada, permite aos avaliadores averiguar o alcance social efetivo dos investimentos empregados na implementação das políticas adotadas e aquilatar a sua coerência com as necessidades para as quais foram projetadas.

No contexto de desigualdades sociais, que marca a história da sociedade brasileira, a avaliação das políticas públicas adotadas pelo Estado,

materializadas nas ações de governo, permite aos gestores conhecer os fatores positivos da política, como também os seus equívocos e insuficiências com vistas a dimensionar o seu aperfeiçoamento.

A avaliação pode contribuir, também, para que os gestores possam conhecer e dimensionar as mudanças significativas operadas pelas políticas na vida das pessoas e desta forma mensurar o êxito das ações executadas. Nesse sentido, a avaliação permite a instrumentalização do cidadão para o exercício do controle democrático sobre as ações de governo, sendo condição essencial a publicização dos resultados obtidos através das ações.

Com todo o exposto, enfatiza-se, no entanto, que a cultura de avaliação das políticas públicas pouco tem avançado como estratégia de aperfeiçoamento da gestão governamental.

No conjunto das considerações, aqui elencadas, a profissão de Serviço Social tem sido fundamental. O Serviço Social, desde os anos de 1960, tem se colocado na defesa dos interesses da classe trabalhadora, respondendo à questão social que se apresenta em seus processos de inserção no social. Essa profissão, nos diferentes espaços do trabalho profissional, sobretudo, nos espaços estatais, de mediação das políticas públicas, tem se defrontado, nas últimas décadas, com as conjunturas neoliberais e de reestruturação produtiva, que contribuem com a quebra de um contrato social que garantia direitos sociais via Constituição de 1988. Isso tem levado a que as políticas públicas de corte social – desenvolvidas pelos diferentes governos – adotem uma natureza minimalista, assistencialista e voltada para os extremamente pobres, e, ainda assim, sofrendo perdas de recursos, descontinuidades ou eliminação a cada novo governo. Sem contar a transferência da responsabilidade estatal, de boa parte delas, para o mercado ou o terceiro setor.

Nesse quadro, o Assistente Social, como parte do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 1998), insere-se nessa realidade com dois grandes dilemas e desafios: como trabalhador – que, assim como os demais trabalhadores vende a sua força de trabalho e sofre as consequências da reestruturação produtiva; como profissional – que tem uma autonomia, ainda que relativa e não pode omitir-se, ser negligente ou irresponsável quanto aos princípios e compromissos, sintetizados no Código de Ética, ao dar respostas à questão social em seus cotidianos institucionais.

Desde suas origens, a profissão nasce para enfrentar as contradições da sociedade capitalista, ao se inserir no social a partir dos conflitos da relação capital e trabalho, tendo de um lado, os interesses de seus contratantes - os empregadores, e, de outro, os interesses dos indivíduos e classes a quem destina a ação profissional – os trabalhadores. Nos trinta primeiros anos da profissão, as ações profissionais tendiam majoritariamente para os interesses dos primeiros. Depois do Movimento de Reconceituação, passa a ser diferente. Hoje, pode-se dizer que os caminhos trilhados - nesses mais de 50 anos pós-Movimento - pela categoria profissional, pelas suas entidades e movimentos representativos e, ainda, pelo *status* de reconhecimento social já alcançados pela profissão, nada leva a acreditar que o Serviço Social deixará de lutar por direitos e por mudanças na ordem societária.

É pertinente esclarecer que, mesmo depois de 1960, os caminhos mais tradicionais e conservadores da profissão estiveram presentes, com feições modernizadoras, reatualizadas, pós-modernas ou neoconservadoras, a depender das conjunturas internas e externas à profissão. E, na conjuntura brasileira atual, o conservadorismo está mais vivo, tanto na profissão quanto na sociedade, entre as elites e governantes encastelados em instituições públicas, cujo maior símbolo e representante é o governo Bolsonaro. Mas a profissão tem um papel fundamental. Ela é socialmente necessária na sociedade capitalista brasileira: uma sociedade profundamente desigual, injusta, preconceituosa e desumana, onde a questão social, matéria-prima do trabalho profissional, só tem se agravado. O Assistente Social é o profissional que convive cotidianamente com as diversas expressões da questão social a partir das vivências e sofrimentos diários da classe-que-vive-do-trabalho. Sua contribuição na luta contra os processos de exclusão, alienação e exploração social tem sido importantes.

Os desafios postos ao Assistente Social, nestes tempos conservadores, passam, necessariamente, por estratégias que reafirmam, principalmente, os princípios estabelecidos no Código de Ética profissional, buscando, no tempo-miúdo do trabalho profissional (YAZBEK, 2001), junto às políticas públicas, uma ação competente teórica, ética, técnica e política. Cabe ao profissional, também: aliar-se aos demais trabalhadores, juntar-se aos movimentos gerais e da categoria; fortalecer suas entidades representativas, entre outras estratégias.

Este é um tempo de avançar nas lutas e não de contribuir para retrocessos na profissão e nos rumos do país.

3. Considerações finais

As desigualdades são históricas nesse país. As políticas públicas, enquanto respostas do Estado à questão social e, portanto, às desigualdades sociais, não têm ultrapassado, no geral, um caráter minimalista, assistencialista, compensatório e focalizado. Neste contexto, as políticas de transferência de renda e dirigidas para a juventude não têm se constituído em medidas estruturantes, que possam modificar substancialmente a realidade das desigualdades. O Serviço Social, por sua vez, como importante profissão na mediação entre o Estado, as políticas públicas e as necessidades da população pobre e trabalhadora, tem contribuído, dentro dos seus limites e possibilidades, para a garantia da defesa dos direitos dessa população. Os desafios postos, numa conjuntura de retrocessos, sobretudo no campo dos direitos sociais, são enormes, ensejando a que os/as Assistentes Sociais, cada vez mais, aliem-se aos demais trabalhadores na luta pela reafirmação e ampliação desses direitos, pela democratização das relações Estado e sociedade e por mudanças no país.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BANCO MUNDIAL. Salvaguardas contra a reversão dos ganhos sociais durante a crise econômica no Brasil. 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/469091487328690676/pdf/112896-WPP157875-PORTUGUESE-PUBLIC-ABSTRACT-SENTSafeguardingBrazilEnglish.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CORREIO BRASILIENSE. Desemprego atinge 13,4 milhões. Taxa de desocupação passa de 11% no último trimestre de 2018 para 12,7% de janeiro a março. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/01/internas_economia.752506/desemprego-atinge-13-4-milhoes-pib-de-2019-pode-ficar-comprometido.shtml>. Acesso: 17 jun.2019.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. (Coord.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora; São Luís, MA: GAEPP, 2008.

POLITIZE. Bolsa Família: como funciona, 2016. Disponível em:<<https://www.politize.com.br>>. Acesso: 22 jun. 2019.

YAZBEK, Maria. Pobreza e exclusão social. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Grafline, n.3, 2001.